

## **II.6.3.7 Identificação de Povos e Comunidades Tradicionais Costeiras**

### **II.6.3.7.1 Introdução**

Este item apresenta as informações concernentes à identificação dos povos e comunidades tradicionais, localizados nos municípios da Zona Costeira (definida no Decreto Nº 5.300/2004) da Área de Estudo. Para tanto, foram realizadas consultas a estudos ambientais protocolados no IBAMA que abrangem a totalidade dos municípios da Área de Estudo deste relatório, quais sejam, BP/Total/Queiroz-Galvão, AECOM (2015) e BG, AECOM (2015). Para atualização das informações, foram realizadas consultas a órgãos oficiais, por meio do acesso a sítios da internet, responsáveis pela identificação e apoio a estas comunidades. Assim, foram consultados os endereços eletrônicos das seguintes instituições: Fundação Cultural dos Palmares, Gerência de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais (GEPIC) da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará, Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e Instituto Socioambiental (ISA). Foram, ainda, realizados contatos formais, por telefone e email, junto às regionais do INCRA do Ceará, Maranhão, Pará e Amapá, a fim de acessar informações georreferenciadas atuais sobre as comunidades quilombolas certificadas.

De acordo com o Decreto Nº 6.040 de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, Povos e Comunidades Tradicionais são:

“Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”

A partir desta definição são apresentadas as principais características dos povos e comunidades tradicionais presentes na área de estudo. Atenção especial é dada aos povos indígenas, quilombolas, povos e comunidades de matriz africana e comunidades costeiras. As comunidades pesqueiras e extrativistas são caracterizadas nos capítulos II.6.3.6 deste diagnóstico. Também são

apresentadas as políticas públicas disponíveis que podem ser acessadas ou não por estes grupos.

### **II.6.3.7.2 Povos Indígenas**

Conforme previsto na Constituição Federal de 1988, é de responsabilidade da União proteger e fazer respeitar os direitos indígenas. A Constituição de 1988, superando o paradigma da assimilação e a figura da tutela dos povos indígenas, sancionou o princípio da diversidade cultural que passou a garantir o direito originário dos povos indígenas às suas terras com base em estudo minucioso da territorialidade dos diferentes povos indígenas, considerando-se não apenas seus usos passados e presentes, mas também a perspectiva de uso futuro, tudo isso "segundo seus usos, costumes e tradições", conforme o artigo 231 do texto constitucional.

Segundo o mesmo artigo 231 da Constituição de 1988, as Terras Indígenas (TI) a serem regularizadas pelo Poder Público devem ser: 1) habitadas de forma permanente; 2) importantes para as atividades produtivas do povo indígena; 3) imprescindíveis à preservação dos recursos necessários ao seu bem-estar; e 4) necessárias à sua reprodução física e cultural.

Atualmente, as Terras Indígenas a serem administrativamente demarcadas pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) devem seguir os procedimentos dipostos no Decreto Nº 1775 de 1996, que prevê as seguintes fases do processo de demarcação:

- Em estudo: Realização dos estudos antropológicos, históricos, fundiários, cartográficos e ambientais, que fundamentam a identificação e a delimitação da terra indígena.
- Delimitadas: Terras que tiveram os estudos aprovados pela Presidência da FUNAI, com a sua conclusão publicada no Diário Oficial da União e do Estado, e que se encontram na fase do contraditório administrativo ou em análise pelo Ministério da Justiça, para decisão acerca da expedição de Portaria Declaratória da posse tradicional indígena.
- Declaradas: Terras que obtiveram a expedição da Portaria Declaratória pelo Ministro da Justiça e estão autorizadas para serem demarcadas fisicamente, com a materialização dos marcos e georreferenciamento.

- Homologadas: Terras que possuem os seus limites materializados e georreferenciados, cuja demarcação administrativa foi homologada por decreto Presidencial.
- Regularizadas: Terras que, após o decreto de homologação, foram registradas em Cartório em nome da União e na Secretaria do Patrimônio da União.
- Interditadas: Áreas Interditadas, com restrições de uso e ingresso de terceiros, para a proteção de povos indígenas isolados.

No Brasil, há 683 terras indígenas em diferentes fases do processo demarcatório, de acordo com a FUNAI, das quais 116 encontram-se em fase de estudo, ou seja, que ainda não tiveram seus estudos aprovados pela referida fundação.

Os povos indígenas identificados na Área de Estudo localizam-se nos municípios de Oiapoque, no estado do Amapá, e em Acaraú e Itarema, no estado do Ceará (Erro! Fonte de referência não encontrada.). Nota-se que as três TI localizadas em Oiapoque estão próximas à faixa litorânea, na margem direita do Rio Oiapoque, estando, também, em área de fronteira nacional. Entre as TI localizadas no Ceará, somente a TI Tremembé de Almofala encontra-se nas proximidades da faixa litorânea, abarcando a área da foz do Rio Aracati-Mirim.

O **Quadro II.6.3.7.2-1** e o **Quadro II.6.3.7.2-2** abaixo sintetizam as informações compiladas dos estudos ambientais elaborados pela AECOM, com atualizações obtidas junto aos sítios eletrônicos do Instituto Socioambiental e da FUNAI.

**Quadro II.6.3.7.2-1 - Informações técnicas sistematizadas sobre as Terras Indígenas da Área de Estudo.**

UF	Município	Terras Indígenas	Situação Fundiária*	Situação Jurídica	Povos Indígenas	Aldeias**	Número da População, Ano e Fonte	Área (hectare)
AP	Oiapoque	Galibi	Regularizada	Homologada em 1982	Galibi do Oiapoque	Galibi	151, 2013 (Siasi/Sesai)	7mil
					Karipuna do Amapá			
	Oiapoque	Juminá	Regularizada	Homologada em 1992 / 2002	Galibi-Marworno	Ponta dos Índios	121, 2010 (IBGE)	42 mil
					Karipuna do Amapá			
	Oiapoque	Uaçá I e II	Regularizada	Homologada em 1921 / 2008	Galibi-Marworno	Manga, Espírito Santo, Santa Izabel, Piquiá, Curipi, Kariá, Estrela, Urucauá, Kumenê, Tukai, Samaúma, Kumarumã	4462, 2011 (Funai/Macapá)	470 mil
					Karipuna do Amapá			
Palikur								
CE	Itarema e Acaraú	Córrego João Pereira	Regularizada	Homologada em 2003	Tremembé	Capim-Açu, São José e Telhas.	478, SI (ISA)	3 mil
	Acaraú	Tremembé de Queimadas	Declarada	Declarada em 2017	Tremembé	SI	282, 2011 (Funai/Fortaleza)	767
	Itarema	Tremembé de Almofala	Delimitada, encaminhada ao Ministério da Justiça 2010		Tremembé	Tremembé	2113, 2011 (Funai/Fortaleza)	5 mil

Fonte: \*Informações obtidas junto ao AECOM, BP/Total/Queiroz-Galvão (2015). ISA, Instituto Socioambiental, 2019. FUNAI, 2019. \*\*Número de aldeias mapeado no Cadastro de Localidades (IBGE, 2010).

**Quadro II.6.3.7.2-2 - Informações socioeconômicas sistematizadas sobre as Terras Indígenas da Área de Estudo.**

UF	Município	Terras Indígenas	Principais Atividades Econômicas Realizadas*	Forma de Trabalho*	Organização Social	Principais Ameaças	Sobreposição com UC	Parceria com Instituições
AP	Oiapoque	Galibi	Praticam a agricultura para subsistência como plantio de mandioca, cará, batata, macaxeira, banana, abacaxi, milho e tomate, caçam e pescam.	As roças são construídas em mutirões, mas cada família tem a sua própria roça. Vendem grandes quantidades de farinha e outros derivados de mandioca para as cidades de Oiapoque e Saint Georges. Também são produzidos óleos medicinais (andiroba ou tucumã). Plantas medicinais e de uso doméstico são plantadas nos quintais de suas casas.	Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque (APIO) e Museu dos Povos Indígenas do Oiapoque - Kuah	Exploração de Recursos (caçadores e pescadores)	Não	Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá (Rurap); Iepé; Funai; IBAMA; ICMBio; Prefeitura de Oiapoque; Governo do Estado do Amapá; Conselho Indigenista Missionário (CIMI); Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ - Cooperação Técnica Alemã); The Nature Conservancy (TNC); Instituto Estadual de Florestas (IEF); Exército Brasileiro (EB); Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).
	Oiapoque	Juminá	Agricultura, pesca, artesanato (uso domiciliar e comercialização)		Associação Galiby Marworno e Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque (APIO)	Ameaças ao ambiente e à vida do(s) povo(s) indígena(s)	Não	
	Oiapoque	Uaçá I e II	Venda de farinha, frutas, caça, artesanato e compras de bens no comércio de Oiapoque. A mandioca é a maior fonte de renda. Os Galibi Marworno constroem ainda embarcações de alta qualidade sob encomenda.		Associação de Mulheres Indígenas em Mutirão (AMIM), Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque (APIO), Associação Galiby Marworno (AGM), Conselho de Caciques dos Povos Indígenas do Oiapoque (CCPIO), Museu dos Povos Indígenas do Oiapoque - Kuahí e Organização dos Professores Indígenas do Oiapoque (OPIMO).	Ameaças ao ambiente e à vida do(s) povo(s) indígena(s)	Parque Nacional do Cabo Orange	

UF	Município	Terras Indígenas	Principais Atividades Econômicas Realizadas*	Forma de Trabalho*	Organização Social	Principais Ameaças	Sobreposição com UC	Parceria com Instituições
CE	Itarema e Acaraú	Córrego João Pereira	Atividades voltadas ao sustento familiar através da venda dos excedentes, caracterizando-se a pesca e a agricultura, plantando mandioca, milho e feijão. Criação de animais e produção artesanal de traçados, cerâmicas, tecelagem e bijuterias.	Plantações feitas em pequenos roçados próximos à moradia.	Articulação das Mulheres Indígenas do Estado do Ceará, Conselho Dos Índios Tremembé do Córrego Das Telhas (CITCT) e Sociedade Indígena Tremembé Córrego João Pereira (CITCJP).	Risco fundiário (posseiros)	Não	FUNAI, SEBRAE
	Acaraú	Tremembé de Queimadas			Articulação das Mulheres Indígenas do Estado do Ceará, Coordenação das Organizações dos Povos Indígenas no Ceará (COPICE)	Risco fundiário (posseiros)	Não	FUNAI, SEBRAE
	Itarema	Tremembé de Almofala			Articulação das Mulheres Indígenas do Estado do Ceará, Coordenação das Organizações dos Povos Indígenas no Ceará (COPICE) e Conselho Indígena Tremembé de Almofala (CITA).	Exploração de Recursos (pescadores, extrativista não-madereiro, madereiro) e fundiário (posseiros)	Não	Projeto Tamar / ICMBio, FUNAI.

Fonte: \*Informações obtidas junto ao AECOM, BP/Total/Queiroz-Galvão (2015). ISA, Instituto Socioambiental, 2019. FUNAI, 2019.

Elaboração: Egis, 2019.

No que se refere aos projetos existentes nas referidas TIs, o ISA apresenta um monitoramento dos projetos, resultante de uma busca periódica de editais, convênios e contratos relacionados aos povos indígenas no Brasil e publicados em sites governamentais e não governamentais, assim como no Diário Oficial da União (DOU), além de contatos diretos com as organizações indígenas. A instituição se pauta nos seguintes critérios para a seleção de tais projetos: participação de organizações indígenas como proponentes, executoras e/ou parceiras; que sejam realizados em terras indígenas; que haja relação do projeto com um programa ou edital específico aos povos indígenas, ainda que não conte explicitamente com a participação de uma organização indígena.

Os dados apresentados abaixo incluem somente os projetos em TIs iniciados nos últimos cinco anos, com exceção dos projetos de caráter permanente. Todos os projetos estão organizados por enfoques e denominações criados a partir de uma avaliação das diretrizes das principais linhas de financiamento existentes. Os principais enfoques utilizados são: ambiente, cidadania, representação política, cultura, educação escolar, geração de renda, infraestrutura, saúde e território.

O **Quadro II.6.3.7.2-3** apresenta os projetos incidentes, o convênio associado, ano e enfoque.

**Quadro II.6.3.7.2-3 - Relação de projetos incidentes nas Terras Indígenas da Área de Estudo.**

Terra Indígena	Nome do Projeto	Convênio	Ano	Enfoque
Galibi	Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas da Amazônia	PGTA-Fundo Amazônia (AP/PA)	2015	Território
	Consolidando Planos de Gestão Territorial e Ambiental nas Terras Indígenas do Amapá	PGTA-PDPI (AP)	2014	Território
	Consolidando uma Rede de Experiências de Gestão Territorial Integrada para o Desenvolvimento Sustentável no Planalto das Guianas	RAINFOREST (AP/PA)	2013	Território
	Consolidando uma Rede de Experiências de Gestão Territorial Integrada para o Desenvolvimento Sustentável no Planalto das Guianas II	(AP/PA)	2013	Território
Galibi	Dos direitos culturais ao desenvolvimento sustentável: articulando atores indígenas e indigenistas no Amapá e norte do Pará	EMBNOR (AP/PA)	2013	Território
	Pontão de Cultura Arte e Vida dos Povos Indígenas do Amapá e norte do Pará III	IPHAN (AP/PA)	2012	Cultura
	Pontão de Cultura Arte e Vida dos Povos Indígenas do Amapá e Norte do Pará II	IPHAN 715354(PA/PA)	2009	Cultura
	Pontão de Cultura Arte e Vida dos Povos Indígenas do Amapá e Norte do Pará I	PONTÃO (AM/PA)	2009	Infraestrutura
Juminá	Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas da Amazônia	PGTA-Fundo Amazônia (AP/PA)	2015	Território
	Consolidando Planos de Gestão Territorial e Ambiental nas Terras Indígenas do Amapá	PGTA-PDPI (AP)	2014	Território
	Consolidando uma Rede de Experiências de Gestão Territorial Integrada para o Desenvolvimento Sustentável no Planalto das Guianas	RAINFOREST (AP/PA)	2013	Território
	Consolidando uma Rede de Experiências de Gestão Territorial Integrada para o Desenvolvimento Sustentável no Planalto das Guianas II	(AP/PA)	2013	Território
	Dos direitos culturais ao desenvolvimento sustentável: articulando atores indígenas e indigenistas no Amapá e norte do Pará	EMBNOR (AP/PA)	2013	Território
	Pontão de Cultura Arte e Vida dos Povos Indígenas do Amapá e norte do Pará III	IPHAN (AP/PA)	2012	Cultura
	Pontão de Cultura Arte e Vida dos Povos Indígenas do Amapá e Norte do Pará II	IPHAN 715354(PA/PA)	2009	Cultura



Terra Indígena	Nome do Projeto	Convênio	Ano	Enfoque
	Pontão de Cultura Arte e Vida dos Povos Indígenas do Amapá e Norte do Pará I	PONTÃO (AM/PA)	2009	Infraestrutura
Uaçá I e II	Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas da Amazônia	PGTA-Fundo Amazônia (AP/PA)	2015	Território
	Consolidando Planos de Gestão Territorial e Ambiental nas Terras Indígenas do Amapá	PGTA-PDPI (AP)	2014	Território
	Consolidando uma Rede de Experiências de Gestão Territorial Integrada para o Desenvolvimento Sustentável no Planalto das Guianas	RAINFOREST (AP/PA)	2013	Território
	Consolidando uma Rede de Experiências de Gestão Territorial Integrada para o Desenvolvimento Sustentável no Planalto das Guianas II	(AP/PA)	2013	Território
Uaçá I e II	Dos direitos culturais ao desenvolvimento sustentável: articulando atores indígenas e indigenistas no Amapá e norte do Pará	EMBNOR (AP/PA)	2013	Território
	Açaí, Banana e Citros - ABC da Fruticultura Familiar dos Povos Indígenas de Oiapoque	EMBRAPA (AP)	2012	Ambiente
	Pontão de Cultura Arte e Vida dos Povos Indígenas do Amapá e norte do Pará III	IPHAN (AP/PA)	2012	Cultura
	Pontão de Cultura Arte e Vida dos Povos Indígenas do Amapá e Norte do Pará II	IPHAN 715354(PA/PA)	2009	Cultura
	Pontão de Cultura Arte e Vida dos Povos Indígenas do Amapá e Norte do Pará I	PONTÃO (AM/PA)	2009	Infraestrutura
João Pereira	Não há projetos com participação indígena			
Tremembé de Queimadas	Não há projetos com participação indígena			
Tremembé de Almofaia	Não há projetos com participação indígena			

Fonte: Instituto Socioambiental, ISA. Elaboração: Egis, 2019.

Avaliando as informações apresentadas no **Quadro II.6.3.7.2-3** acima, verifica-se que somente as TIs localizadas no estado do Amapá recebem algum tipo de projeto efetivamente, com destaque para a TI Uaçá I e II, que recebe o maior número.

O Erro! Fonte de referência não encontrada. apresenta a localização das TIs cima caracterizadas.

### II.6.3.7.3 Comunidades Quilombolas

O Decreto Nº 4.887 de 2003 regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. A partir do referido instrumento legal, ficou transferida do Ministério da Cultura para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a competência para a delimitação das terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos, bem como a determinação de suas demarcações e titulações. Conforme o Art. 2º do referido Decreto Nº 4.887:

“consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”.

Ou seja, as comunidades quilombolas são grupos étnicos – predominantemente constituídos pela população negra rural ou urbana –, que se autodefinem a partir das relações com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias. Estima-se que em todo o País existam mais de três mil comunidades quilombolas (INCRA, 2017).

A regularização fundiária das áreas remanescentes de quilombo é executada pelo INCRA e Ministério do Desenvolvimento Agrário, em parceria com os Institutos de Terras Estaduais, e em diálogo com a Fundação Cultural Palmares (FCP) e o Ministério Público. Cabe à Fundação Cultural Palmares (FCP) emitir uma certidão sobre a auto-definição das comunidades, obedecendo às normas específicas desse órgão (Portaria da FCP nº 98, de 26/11/2007). Neste processo, os territórios quilombolas são divididos em três categorias:

- **Comunidades quilombolas identificadas:** são aquelas que se reconhecem como remanescentes de quilombos, que estão ou não em processo de regularização fundiária;
- **Comunidades quilombolas certificadas:** são aquelas que obtiveram a certidão pela FCP;
- **Comunidades quilombolas tituladas:** são aquelas que obtiveram o título de propriedade junto ao INCRA.

Na região Norte, embora o emprego da mão-de-obra negra (escrava) não tenha alcançado os mesmos números que em outras regiões do país, como Nordeste e Sudeste, sua importância foi grande para a economia local. No estado do Pará, por exemplo, os escravos negros foram utilizados como mão-de-obra nas atividades agrícolas e extrativistas, nos trabalhos domésticos e nas construções urbanas. A história da escravidão no Pará foi marcada pela resistência de negros e índios que buscaram a sua liberdade por meio da fuga, da construção dos quilombos e da participação na Cabanagem.

Segundo o Centro de Cultura Negra do Maranhão, existem 527 comunidades quilombolas no estado, distribuídas em 134 municípios. Elas concentram-se principalmente nas regiões da Baixada Ocidental, da Baixada Oriental, do Munim, de Itapecuru, do Mearim, de Gurupi e do Baixo Parnaíba. Até outubro de 2007, 20 comunidades quilombolas maranhenses haviam conquistado o título de propriedade de suas terras. Os títulos foram outorgados pelo governo do estado por meio do Instituto de Terras do Maranhão (ITERMA).

Para caracterização da Área de Estudo, o levantamento foi realizado a partir do cruzamento de dados do estudo da BP/Total/Queiroz-Galvão, AECOM (2015) ao Parecer Técnico (PAR) Nº 687/2015, e BG, AECOM (2015) com informações atualizadas em duas listas oficiais: Lista de Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQs) com Processo de Certificação em Andamento e Lista Certidões Expedidas às Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQs) (atualizada até Portaria Nº- 104/2016, Publicada no DOU de 20/05/2016).

Em relação às comunidades ainda não certificadas, a disponibilidade de informações oficiais é baixa. O **Quadro II.6.3.7.3-1** apresenta os dados obtidos junto à Fundação Cultural Palmares.

**Quadro II.6.3.7.3-1 - Situação de Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQs) em andamento.**

UF	Município	Denominação da Comunidade	Nº Processo FCP	Data de Abertura do Processo	Documentação faltante
MA	Alcântara	Jacaré	01420.001036/2010-11	18/05/2010	Histórico
	Alcântara	Mocajituba I	01420.001033/2010-79	17/05/2010	ATA
	Alcântara	Mocajituba II	01420.008225/2013-59	16/07/2013	Histórico
	Cururupu	Rio de Pedras	01420.010653/2015-11	16/09/2015	ATA
	Turiaçu	Ponta do Mangue	01420.000018/2013-56	02/01/2013	ATA
	Turiaçu	São Romão	01420.000019/2013-09	02/01/2013	ATA
PA	Abaetetuba	Rio Tauera-Açu	01420.002895/2011-08	15/03/2011	ATA/Histórico
	Abaetetuba	Vila Dutra, Calados e Cardoso	01420.002690/2011-14	11/03/2011	ATA/Histórico

Fonte: Fundação Cultural Palmares, 2019. Elaboração: Egis, 2019.

O **Quadro II.6.3.7.3-2** apresenta as informações obtidas junto aos estudos BP/Total/Queiroz-Galvão, AECOM (2015) e ao respectivo Parecer Técnico (PAR) Nº 687/2015, e BG, AECOM (2015), que tiveram acesso a informações de levantamento de campo, além das fontes oficiais atualizadas.

**Quadro II.6.3.7.3-2 - Caracterização das Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQs) Certificadas e/ou Tituladas.**

UF	Município	Comunidades	Situação Fundiária	Principais Atividades Econômicas Realizadas	Forma de Trabalho	Organização Social	Parceria com Instituições	Nº Proc. FCP	Data Abertura Proc. FCP
AMAPÁ	Calçoene	Cunani	Certificada 19/01/2005	Praticam a agricultura e produzem farinha. A pesca é realizada no rio Cunani. Outra atividade é a extração do açaí, no período sazonal de janeiro a agosto. Nesse período, toda a família é mobilizada para extrair o açaí vender para os compradores de Calçoene, Macapá e Santana.	As atividades são realizadas individualmente no roçado, na extração do açaí e na pesca. Entretanto, costumam compartilhar o que colheram ou cozinham com outras pessoas da comunidade.	Associação da Comunidade Quilombola de Cunani (desativada - dado levantado em campo), Grupo Folclórico Zimba, Associação Cultural Raízes de Cunani	O ICMBio, pois a comunidade está localizada no ParqueCabo Orange	01420.000018/2005-46	06/01/2005
AMAPÁ	Itaubal	São Miguel do Macacoari	Certificada 27/12/2010	Plantio de mandioca e fabricação de farinha. Também pescam no Rio Macacoari de anzol ou malhadeira. Os homens, na maioria, realizam atividades externas como obra e comércio.	As atividades são realizadas individualmente, alguns trabalham fora da comunidade e outros possuem seu próprio roçado.	Associação da Comunidade Quilombola de São Miguel	Fundação Cultural Palmares e a Prefeitura Municipal (realizam serviços de limpeza da comunidade)	01420.006712/2010-34	22/11/2010
AMAPÁ	Macapá	Curiaú	Titulada 1999 - Fundação Palmares. Certificada 13/03/2013	Agricultura, pecuária, avicultura e suinocultura de subsistência. Mas alguns integrantes da comunidade possuem emprego na cidade.	O uso da terra é majoritariamente familiar e cada família tem seu lote e organiza sua roça.	Associação dos Moradores do Quilombo do Curiaú, União dos Negros do Amapá (UNA), Associação de Mulheres Mãe Venina do Quilombo do Curiaú	Prefeitura Municipal, durante os eventos do "Macapá Verão".	08100.004127/1997-33	20/11/2012
AMAPÁ	Macapá	Currálinho	Certificada 24/03/2010	A agricultura é a principal atividade econômica, sendo que o biscate, comércio, a criação de gado, suínos e aves também constam como fonte de renda.	Existem lotes coletivos e familiares, sendo a produção de ambos destinada à venda direta ao consumidor.	Associação dos Moradores Remanescentes de Quilombolas do Currálinho – AMRQC	NI	01420.003000/2009-20	04/11/2009
AMAPÁ	Macapá	Lagoa dos Índios	Certificada 19/08/2005	O emprego ou bicos na cidade é a maior fonte de renda. A agricultura, principalmente o plantio de mandioca, é inexpressiva. A pesca do camarão, a colheita de açaí, o plantio de mandioca, frutas e hortaliças são realizados para subsistência. Existem também pequenos estabelecimentos comerciais na comunidade.	O plantio de subsistência é realizado no quintal dos domicílios. Os pequenos comércios familiares também são uma forma de ocupação e trabalho na comunidade.	Comunidade Lagoa dos Índios (AMCLI), Associação de Mulheres Negras da Comunidade Lagoa dos Índios (AMNCLI)	NI	01420.000072/2002-49	22/11/2007
AMAPÁ	Macapá	Ilha Redonda	Certificada 12/05/2006	A maioria exerce atividade profissional na cidade, apesar de alguns serem agricultores.	A ocupação profissional é diversificada, exercida na sede de Macapá e na lixeira pública, próxima à comunidade.	NI	NI	01420.000266/2006-78	10/02/2006
AMAPÁ	Macapá	Rosa	Certificada 12/05/2006	Agricultura, artesanato e prestação de serviços na cidade. A produção agrícola é baseada na mandioca e derivados, sendo comercializada na comunidade ou vendida por encomenda para outros locais.	A agricultura é realizada em lotes comuns e cultivada em família.	Associação dos Moradores e Produtores do Quilombo do Rosa (AMPQR)	NI	01420.000262/2006-90	10/02/2006
AMAPÁ	Macapá	Santa Luzia do Maruanum I	Certificada 04/10/2011	A agricultura é a principal atividade realizada, sendo o comércio, a pecuária e o artesanato atividades complementares. A produção é destinada a consumidores que vão até a comunidade ou é comercializada em feiras.	A produção agrícola é realizada, principalmente, em lotes de família e com mão de obra familiar.	Associação de Moradores da Comunidade de Santa Luzia do Maruanum (ACSLM)	NI	01420.010618/2011-61	11/08/2011
AMAPÁ	Macapá	São João I do Maruanum II	Certificada 04/10/2011	Agricultura. Cultiva-se, principalmente, a mandioca, macazeira e milho.	Existe a terra coletiva, cultivada em função da associação, e os lotes divididos por famílias.	Associação dos Moradores de São João do Maruanum II (AMSJM II)	NI	01420.010619/2011-13	11/08/2011



UF	Município	Comunidades	Situação Fundiária	Principais Atividades Econômicas Realizadas	Forma de Trabalho	Organização Social	Parceria com Instituições	Nº Proc. FCP	Data Abertura Proc. FCP
AMAPÁ	Macapá	São Pedro dos Bois	Certificada 12/05/2006	Plantio de mandioca para produção de farinha. Alguns também trabalham no setor de prestação de serviços, criação de abelhas/produção de mel ou na criação de peixes.	Agricultura familiar.	Associação de Agricultores de São Pedro dos Bois e Associação de Moradores, Produtores e Folclórica da Comunidade Quilombola de São Pedro dos Bois	NI	01420.000269/2006-10	10/02/2006
AMAPÁ	Macapá	Porto do Abacate	Certificada 28/07/2006	Agricultura e extrativismo, principalmente do açaí. Artesanato e comércio também contribuem para renda familiar. A produção é vendida em Macapá ou para consumidores que buscam o produto diretamente na comunidade de Porto do Abacate. Alguns integrantes da comunidade também se dedicam à pecuária ou possuem alguma ocupação na cidade, seja como funcionário público ou privado.	Cada família tem sua roça. No entanto, em alguns momentos a preparação do terreno é realizada coletivamente, em formato de multirão. Com o terreno pronto, cada família trabalha separadamente no plantio e colheita na sua área.	Associação Quilombola dos Moradores e Produtores do Rio Pedreira	NI	01420.001513/2006-53	23/06/2006
AMAPÁ	Macapá	Ressaca da Pedreira	Certidão Fundação Cultural Palmares	A agricultura é a principal atividade, sendo a pecuária e a pesca atividades complementares. Parte da produção é vendida a pequenos comerciantes da comunidade, o excedente é comercializado em outros lugares, como na sede de Macapá.	Existem lotes particulares e um lote comunitário na comunidade. Sendo que, neste último, a terra é coletiva, mas a produção é individual.	Existe na comunidade um Centro Comunitário, onde funciona a Associação de Moradores, cujo nome não foi identificado.	NI	01420.000124/2010-97	16/03/2010
AMAPÁ	Macapá	São José do Matapi do Porto do Céu	Certificada 04/11/2010	Agricultura. A produção é destinada à feira de produtores em Macapá.	Agricultura familiar, desenvolvida em terra firme, com exceção para a cana-de-açúcar, cultivada em várzea. A casa de farinha abriga até duas famílias que se revezam para executar o trabalho separadamente.	Associação dos Produtores e Agricultores do Quilombo São José do Matapi do Porto do Céu	NI	01420.002945/2010-6	13/09/2010
AMAPÁ	Macapá	São João do Matapi	Certificada 24/03/2010	Agricultura, pecuária, extrativismo, serviço público e prestação de serviços fora da comunidade.	A área utilizada para extrativismo, agricultura e pecuária encontra-se a uma hora e meia de barco. Devido às condições da maré, por vezes é preciso dormir no local da roça e aguardar a maré apropriada para o retorno à comunidade.	Associação de Ribeirinhos e Afro-Brasileiros de São João do Matapi – ARASJOM	NI	01420.003001/2009-74	04/11/2009
AMAPÁ	Macapá	Conceição de Macacoari	Certificada 09/11/2005 Titulada Incra 2006	Pecuária e agricultura. A produção é vendida por comerciantes que compram diretamente na comunidade.	O trabalho é familiar. Cada família cuida da sua roça.	Associação de Moradores da Comunidade Quilombola de Conceição do Macacoari - AMCQCM	NI	01420.002182/2005-98	13/09/2005
AMAPÁ	Macapá	São José do Mata Fome	Certificada 12/05/2006	Agricultura e produção de farinha.	A criação de búfalos e bois é realizada na vila, em áreas cercadas. Nos locais abertos planta-se a mandioca, onde são instaladas as casas de farinha. Cada família tem a sua terra e seu modo de cultivar.	Associação dos Moradores e Produtores da Comunidade Remanescente Quilombola de São José do Mata Fome	NI	01420.000263/2006-34	10/02/2006
AMAPÁ	Macapá	Ambé	Certificada 07/06/2006	Pecuária como a principal fonte de renda, seguida da agricultura e produção de derivados da mandioca, principalmente farinha. Algumas famílias se dedicam à piscicultura.	O trabalho na roça é individual ou em família. O mesmo ocorre na pecuária. No entanto, no caso do gado, estes ao longo do dia transitam em área comum. Ao fim do dia, são levados por seus donos aos seus currais. Algumas famílias criam e plantam para subsistência. Uma fábrica de farinha construída pela comunidade é de uso comum.	Associação de Moradores e Produtores Remanescentes de Quilombolas do Ambé - AMPREQUA	NI	01420.000133/2006-00	27/01/2006





UF	Município	Comunidades	Situação Fundiária	Principais Atividades Econômicas Realizadas	Forma de Trabalho	Organização Social	Parceria com Instituições	Nº Proc. FCP	Data Abertura Proc. FCP
AMAPÁ	Macapá	Mel da Pedreira	Certificada 09/11/2005 Titulada Incri 2007	A agricultura, a criação de animais, a piscicultura, a produção de mel e a venda de produtos artesanais e alimentícios são atividades complementares. A produção é destinada à sede de Macapá.	Integrantes da comunidade realizam a compra de insumos para a roça em conjunto e trabalham em grupo no período da manhã, prioritariamente. No entanto, em alguns casos, famílias fazem a compra de insumos e trabalham na roça separadamente.	Associação dos Moradores Remanescentes de Quilombolas do Mel da Pedreira (Amorquimp)	NI	01420.002395/2005-10	06/10/2005
AMAPÁ	Oiapoque	Kulumbú do Patualzinho	Certificada 19/11/2009	Os homens da comunidade saem para trabalhar em atividades externas - obras e comércio. As mulheres cuidam dos afazeres domésticos e da roça. No período de extração do açaí toda a comunidade participa da extração e do beneficiamento. A pesca é pouco praticada na comunidade.	Não existe uma forma pré-estabelecida, cada um faz uma ação em prol da comunidade seja no trabalho ou para ajudar com alguma coisa que falta, como exemplo, comprar um remédio em que a Unidade Básica não pode oferecer.	Federação de Cultos de Matriz Africana Umbanda Candomblé Nina Nagô	Funasa, Fundação Palmares, Prefeitura Municipal de Oiapoque	01420.003031/2009-81	06/11/2009
AMAPÁ	Oiapoque	Vila Velha do Cassiporé	Aguardando visita técnica	Produção agrícola de banana, melancia, farinha de mandioca, extração e beneficiamento de cacau. A comunidade apresenta um potencial turístico, mas ainda não é uma das principais atividades econômicas.	Mão de obra familiar, principalmente, na fabricação do cacau.	Associação Agroextrativista do Cassiporé - AAC	Não identificada, no entanto, a comunidade está localizada no Parque Cabo Orange, sendo possível a parceria com o ICMBio.	01420.012605/2013-98	07/10/2013
AMAPÁ	Santana	Cinco Chagas do Matapi	Certificada 28/04/2010	Agricultura e produção de farinha de mandioca.	A terra é propriedade da comunidade, mas é separada uma parte para cada família. Quanto à pecuária, cada morador tem o seu curral, apesar de existirem lugares comuns para o gado. A produção é vendida na sede de Santana.	Associação de Moradores da Comunidade Cinco Chagas do Matapi	Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá – RURAP	01420.002363/2009-48	09/09/2009
AMAPÁ	Santana	Engenho do Matapi	Certificada 19/11/2009	Agricultura, pesca, extrativismo, pecuária e artesanato.	A comunidade ocupa área de várzea. Desta forma, os moradores construíram hortas suspensas. Pequenos animais são mantidos em cercados ou chiqueiros também suspensos. Durante o dia, os animais ficam soltos em área de várzea e, à noite, em currais em terra firme.	Associação de Moradores do Quilombo do Engenho do Matapi	NI	01420.001680/2009-47	10/07/2009
AMAPÁ	Santana	São Raimundo do Pirativa	Certificada 13/12/2006 Titulada, conforme INCRA Regional.	Agricultura, pecuária, extrativismo e artesanato.	A área de roça e pasto está localizada fora da comunidade, em terra firme. O acesso é feito de canoa, a depender da maré. O terreno é dividido entre as famílias, cada uma com a sua roça, o trabalho de plantio e colheita é realizado separadamente. O açaí é extraído em área de várzea e a criação de pequenos animais ocorre na própria comunidade.	Associação Quilombola de São Raimundo do Pirativa	NI	01420.002942/2006-48	16/11/2006
AMAPÁ	Santana	Santo Antônio do Matapi	Certificada 13/12/2006	Agricultura, pecuária, extrativismo e artesanato.	A maior parte dos integrantes desta comunidade trabalha fora. As roças são distantes das residências e de difícil acesso, propositalmente, para os que não vivem em Santo Antônio. O gado é mantido em um terreno a cerca de 40 minutos da comunidade.	Associação Quilombola Santo Antônio do Matapi	NI	SI	SI



UF	Município	Comunidades	Situação Fundiária	Principais Atividades Econômicas Realizadas	Forma de Trabalho	Organização Social	Parceria com Instituições	Nº Proc. FCP	Data Abertura Proc. FCP
AMAPÁ	Santana	Alto Pirativa	Certificada 28/04/2010	Agricultura, pecuária e artesanato, sendo a produção destinada a feiras na sede de Santana.	Cada família possui a sua roça, apesar de estas não serem delimitadas fisicamente.	Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Amapá (CONAQ/AP), Associação Quilombola dos Remanescentes de São Tomé do Alto Pirativa (AQRSTAP)	NI	01420.001757/2007-17	10/07/2007
AMAPÁ	Santana	Igarapé do Lago	Certificada 17/06/2011	Agricultura	O uso da terra é em lotes de família ou em áreas de uso coletivo. Neste último caso, mesmo sendo coletivo, existe a divisão da plantação pelas famílias.	NI	NI	01420.007090/2011-42	08/06/2011
AMAPÁ	Santana	Nossa Senhora do Desterro dos Dois Irmãos	Certificada 24/03/2010	Extração de açaí, agricultura e fabricação de derivados da mandioca. A pecuária é atividade complementar.	A organização do trabalho é sazonal, de julho a dezembro, e é exercida principalmente a agricultura. De janeiro a junho, a extração do açaí é a principal atividade. O açaí extraído é destinado a atravessadores que buscam a produção na comunidade.	NI	NI	01420.002984/2009-21	03/11/2009
PARÁ	Salvaterra	Bacabal	Certificada 28/07/2006	Produção agrícola, atividade pesqueira, criação de gado realizada em pequena proporção. Extração de açaí, mangabeira e bacuri. Os recursos extraídos são vendidos para atravessadores em Belém.	Os homens ficam com as atividades mais pesadas, derrubada da mata e preparação da terra para o plantio, a mulher ajuda na parte da plantação e colheita. Na criação de gado só os homens participam.	Associação de Remanescentes de Quilombo de Bacabal	Coordenação Estadual das Associações de Remanescentes de Quilombos do Estado do Pará	01420.000561/2006-24	20/03/2006
PARÁ	Salvaterra	Barro Alto	Certificada 27/12/2010			Associação de Remanescentes de Quilombo de Barro Alto	Coordenação Estadual das Associações de Remanescentes de Quilombos do Estado do Pará	01420.005574/2010-76	26/10/2010
PARÁ	Salvaterra	Boa Vista	Certificada 16/05/2007			Associação de Moradores Remanescente de Quilombo de Boa Vista	Coordenação Estadual das Associações de Remanescentes de Quilombos do Estado do Pará e Banco do Brasil.	01420.000735/2007-30	29/03/2007
PARÁ	Salvaterra	Caldeirão	Certificada 27/12/2010			Associação de Mulheres Extrativistas de Caldeirão	Coordenação Estadual das Associações de Remanescentes de Quilombos do Estado do Pará	01420.005571/2010-32	26/10/2010
PARÁ	Salvaterra	Vila União/Campina	Certificada 04/06/2004			Associação de Mães e Agricultores Remanescentes de Quilombo de Vila União/Campinas	Coordenação Estadual das Associações de Remanescentes de Quilombos do Estado do Pará e Banco do Brasil.	SI	SI
PARÁ	Salvaterra	Deus Ajude	Certificada 27/10/2010			Grupo de Mulheres Quilombolas de Deus Ajude	Coordenação Estadual das Associações de Remanescentes de Quilombos do Estado do Pará	01420.005569/2010-63	26/10/2010



UF	Município	Comunidades	Situação Fundiária	Principais Atividades Econômicas Realizadas	Forma de Trabalho	Organização Social	Parceria com Instituições	Nº Proc. FCP	Data Abertura Proc. FCP
PARÁ	Salvaterra	Pau Furado	Certificada 27/10/2010	Produção agrícola, atividade pesqueira, criação de gado realizada em pequena proporção. Extração de açaí, mangabeira e bacuri. Os recursos extraídos são vendidos para atravessadores em Belém.	Os homens ficam com as atividades mais pesadas, derrubada da mata e preparação da terra para o plantio, a mulher ajuda na parte da plantação e colheita. Na criação de gado só os homens participam.	Associação de Quilombolas de Pau Furado	Coordenação Estadual das Associações de Remanescentes de Quilombos do Estado do Pará	01420.005572/2010-87	26/10/2010
PARÁ	Salvaterra	Rosário	Certificada 13/02/2006			Associação Comunitária de Remanescentes de Quilombos de Rosário	Coordenação Estadual das Associações de Remanescentes de Quilombos do Estado do Pará	01420.001846/2006-82	01/08/2006
PARÁ	Salvaterra	Santa Luzia	Certificada 28/07/2006			Associação Comunitária Quilombola de Mulheres de Santa Luzia	Coordenação Estadual das Associações de Remanescentes de Quilombos do Estado do Pará	01420.000578/2006-81	20/03/2006
PARÁ	Salvaterra	São Benedito da Ponta	Certificada 27/10/2010			NI	Coordenação Estadual das Associações de Remanescentes de Quilombos do Estado do Pará	01420.007606/2010-78	07/12/2010
PARÁ	Salvaterra	Siricari	Certificada 22/12/2011			NI	Coordenação Estadual das Associações de Remanescentes de Quilombos do Estado do Pará	01420.002886/2011-17	15/03/2011
PARÁ	Salvaterra	Mangueira	Aguardando complementação de documentação			Associação Quilombola de Mangueiras	Coordenação Estadual das Associações de Remanescentes de Quilombos do Estado do Pará	01420.003116/2011-83	17/03/2011
PARÁ	Salvaterra	Paixão	Aguardando complementação de documentação			Associação de Remanescentes do Quilombo de Paixão	Coordenação Estadual das Associações de Remanescentes de Quilombos do Estado do Pará	01420.003117/2011-28	17/03/2011
PARÁ	Salvaterra	Providência	Aguardando visita técnica			NI	Coordenação Estadual das Associações de Remanescentes de Quilombos do Estado do Pará	01420.003113/2011-40	17/03/2011



UF	Município	Comunidades	Situação Fundiária	Principais Atividades Econômicas Realizadas	Forma de Trabalho	Organização Social	Parceria com Instituições	Nº Proc. FCP	Data Abertura Proc. FCP	
PARÁ	Salvaterra	Salvá	Aguardando complementação de documentação	Produção agrícola, atividade pesqueira, criação de gado realizada em pequena proporção. Extração de açaí, mangabeira e bacuri. Os recursos extraídos são vendidos para atravessadores em Belém.	Os homens ficam com as atividades mais pesadas, derrubada da mata e preparação da terra para o plantio, a mulher ajuda na parte da plantação e colheita. Na criação de gado só os homens participam.	Associação de Remanescentes do Quilombo de Salvá	Coordenação Estadual das Associações de Remanescentes de Quilombos do Estado do Pará	01420.003110/2011-14	17/03/2011	
PARÁ	Cachoeira Do Arari	Gurupá	Certificada 06/07/2010	Extração de açaí	As atividades são realizadas entre os homens e mulheres.	Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos de Gurupá	Prefeitura Municipal	01420.001132/2010-51	20/05/2010	
PARÁ	Ponta de Pedras	Tartarugueiro	Certificada 24/05/2013	Produção de farinha da mandioca, extração de açaí e pesca.	As atividades são realizadas entre as famílias, as crianças também participam durante a safra do açaí.	Associação dos Remanescentes de Quilombolas do Tartarugueiro	Prefeitura Municipal e Coordenação da Igualdade Racial	01420.004843/2012-49	19/04/2012	
PARÁ	Ponta de Pedras	Santana do Arari	Certificada 24/05/2013	Produção de farinha da mandioca e extração de açaí. Fabricação de artesanatos, a venda é realizada no município de Belém.	As atividades são realizadas entre as famílias, as crianças também participam durante a safra do açaí. Somente o artesanato que é produzido pelas mulheres.	Associação dos Remanescentes dos Quilombolas Agroextrativista Ilha de Santana	Prefeitura Municipal e Coordenação da Igualdade Racial	01420.010941/2012-15	28/08/2012	
PARÁ	Abaetetuba	Acaraqui	Certificada 03/09/2012	Extração e manejo do açaí, roça e pesca	As roças são separadas por famílias, cada um cuida da sua. Entretanto, existem áreas coletivas como as casas de farinha, os retiros, o porto e as olarias familiares, nesses locais trabalham até oito famílias. O regime que prevalece é de comum propriedade, ou seja, os grupos de usuários dividem direitos e responsabilidades sobre os recursos.	Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos das Ilhas de Abaetetuba	NI	01420.008228/2012-10	20/06/2012	
PARÁ	Abaetetuba	Rio Tauaré- Açú	Certificada 03/09/2012			Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos das Ilhas de Abaetetuba	NI	01420.008228/2012-10	20/06/2012	
PARÁ	Abaetetuba	Arapapu	Certificada 03/09/2012	Extração e manejo do açaí e pesca		Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos das Ilhas de Abaetetuba	NI	01420.008228/2012-10	20/06/2012	
PARÁ	Abaetetuba	Bom Remédio	Certificada 21/05/2014			Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos das Ilhas de Abaetetuba	NI	01425.003793/2014-44	03/04/2014	
PARÁ	Abaetetuba	Alto Itacuruçá	Certificada 03/09/2012	Produção agrícola, principalmente de mandioca.		Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos das Ilhas de Abaetetuba	NI	01420.008228/2012-10	20/06/2012	
PARÁ	Abaetetuba	Arapapuzinho	Certificada 03/09/2012			Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos das Ilhas de Abaetetuba	NI	01420.008228/2012-10	20/06/2012	
PARÁ	Abaetetuba	Baixo Itacuruçá	Certificada 03/09/2012			Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos das Ilhas de Abaetetuba	NI	01420.008228/2012-10	20/06/2012	
PARÁ	Abaetetuba	Igarapé São João	Certificada 03/09/2012	Olaria e extração do açaí		Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos das Ilhas de Abaetetuba	NI	01420.008228/2012-10	20/06/2012	
PARÁ	Abaetetuba	Jenipaúba	Certificada 03/09/2012	Produção agrícola e olaria		Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos das Ilhas de Abaetetuba	NI	01420.008228/2012-10	20/06/2012	





UF	Município	Comunidades	Situação Fundiária	Principais Atividades Econômicas Realizadas	Forma de Trabalho	Organização Social	Parceria com Instituições	Nº Proc. FCP	Data Abertura Proc. FCP	
PARÁ	Abaetetuba	Rio Ipanema	Certificada 03/09/2012	Produção agrícola e olaria	As roças são separadas por famílias, cada um cuida da sua. Entretanto, existem áreas coletivas como as casas de farinha, os retiros, o porto e as olarias familiares, nesses locais trabalham até oito famílias. O regime que prevalece é de comum propriedade, ou seja, os grupos de usuários dividem direitos e responsabilidades sobre os recursos.	Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos das Ilhas de Abaetetuba	NI	01420.008228/2012-10	20/06/2012	
PARÁ	Abaetetuba	Caeté	Certificada 24/05/2013	A extração do açaí, mandioca, a pesca e a produção de artesanato em cerâmica são as principais fontes de renda.		Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo Caeté	NI	01420.015653/2012-57	02/09/2012	
PARÁ	Abaetetuba	Campopema	Certificada 03/09/2012			Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos das Ilhas de Abaetetuba	NI	01420.008228/2012-10	20/06/2012	
PARÁ	Abaetetuba	Ramal do Bacuri	Certificada 24/05/2013			Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Ramal do Bacuri Arquiba	NI	01420.000716/2013-51	22/01/2013	
PARÁ	Abaetetuba	Ramal do Piratuba	Certificada 24/05/2013			Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Ramal do Piratuba	NI	01420.001996/2013-15	04/03/2013	
PARÁ	Abaetetuba	Samaúma	Certificada 19/09/2013			Associação Remanescente de Quilombo Samaúma	NI	01420.002962/2008-81	03/10/2008	
PARÁ	Abaetetuba	África	Certificada 24/05/2013			Associação Quilombola de África e Laranjituba	NI	01420.001550/2013-91	01/02/2013	
PARÁ	Abaetetuba	Laranjituba	Certificada 24/05/2013			Associação Quilombola de África e Laranjituba	NI	01420.001550/2013-91	01/02/2013	
PARÁ	Abaetetuba	Moju - Miri	Certificada 24/05/2013			Associação dos Moradores Quilombolas do Moju - Miri	NI	01420.000717/2013-04	16/01/2013	
PARÁ	Barcarena	São Sebastião de Burajuba	Certificada 23/12/2013			Produzem insumos agrícolas, mas não é a principal fonte de renda. A grande parte da comunidade trabalha em comércio e obras fora da comunidade.	Cada um faz uma ação em prol da comunidade.	Associação Quilombola de São Sebastião de Burajuba	NI	01420.015103/2013-19
PARÁ	Belém	Sucurijuquara (Mosqueiro)	Certificada 31/07/2014		Produção de olericultura, fruticultura, piscicultura, criação de pequenos animais, artesanato e cultura de subsistência.	Forma de trabalho baseada na agricultura familiar.	Associação de Remanescentes Quilombolas da Comunidade do Sucurijuquara	NI	01420.010750/2013-34	10/08/2013
PARÁ	Colares	Cacau	Certificada 09/11/2005	Produção de farinha da mandioca, extração de açaí e caranguejo. Atravessadores de outros municípios compram os caranguejos extraídos pela comunidade.	As atividades são divididas entre os homens e as mulheres. Os homens geralmente extraem os recursos e as mulheres cuidam da produção.	Associação Quilombola de Cacau e Ovos	Emater (apoio técnico)	01420.000439/2002-24	16/09/2002	
PARÁ	Colares	Ovos	Certificada 09/11/2005			Associação Quilombola de Cacau e Ovos	Emater (apoio técnico)	01420.000439/2002-24	16/09/2002	
PARÁ	Colares	Terra Amarela	Certificada 19/09/2013			Associação de Moradores do Quilombo Terra Amarela	Emater (apoio técnico)	01420.008409/2013-19	09/07/2013	
PARÁ	Bragança	Tipitinga	Certificada 13/12/2006	Produção agrícola, centrada no plantio de grãos, milho, feijão e mandioca. A caça também é realizada como atividade.	Forma de trabalho baseada na agricultura familiar	Associação dos Moradores Remanescentes do Quilombo do Tipitinga	NI	01420.002308/2006-13	15/09/2006	
PARÁ	Viseu	Vila Mariana	Certificada 13/12/2006	Produção Agrícola	Forma de trabalho baseada na agricultura familiar	Associação Quilombola de Vila Mariana	NI	01420.002307/2006-61	15/09/2006	
PARÁ	Viseu	Paca e Aningal	Certificada 04/06/2004			Associação Quilombola Rural da Comunidade Paca e Aningal	NI	01420.000189/2004-94	14/04/2004	



UF	Município	Comunidades	Situação Fundiária	Principais Atividades Econômicas Realizadas	Forma de Trabalho	Organização Social	Parceria com Instituições	Nº Proc. FCP	Data Abertura Proc. FCP
PARÁ	Viseu	Cajueiro	Certificada	NI	NI	NI		01420.002265/2014-78	26/02/2014
Maranhão	Barreirinhas	Cantinho	Certificada 30/07/2013	Produção de doces a partir do beneficiamento do caju e buriti e de outros frutos silvestres além de artesanato com a fibra de carnaúba e buriti.	As mulheres são artesãs e principais responsáveis pelas atividades do lar. Elas são fundamentais na economia local, pois são responsáveis pela produção de artesanato de fibra de carnaúba e buriti, atividade esta de grande importância na composição da renda familiar local. A maioria das mulheres também são agricultoras. Os homens são lavradores e extraem a matéria-prima fundamental para a produção do artesanato local realizado pelas mulheres	NI	Prefeitura Municipal (transporte de balsa, sobre Rio Preguiça)	01420.006156/2012-68	26/03/2012
Maranhão	Barreirinhas	Santo Antônio	Certificada 24/05/2013	Produção de aguardente de cana e açúcar.	Forma de trabalho baseada na agricultura familiar.	NI	Ni	01420.006157/2012-11	26/03/2012
Ceará	Acaraú	Córrego dos lús	Certificada	NI	NI	NI	Ni	01420.006793/2014-04	05/06/2014

Fonte: IBGE – Cadastro de Localidades – 2010; Comissão Pró-Índio de São Paulo - Terras Quilombolas; UNIFAP- Patrimônio Cultural Quilombola; CAMPOS & LOMBA (2013); Trabalho de Campo Habtec Mott MacDonald, realizado em 2015; Trabalhos de Campo AECOM, realizado em 2014 e 2015; NAHUM, 2011; COORDENAÇÃO ESTADUAL DAS ASSOCIAÇÕES DE REMANESCENTES DE QUILOMBOS DO ESTADO DO PARÁ – MALUNGU (2006); MMA (2007); In.: BP/Total/Queiroz-Galvão, AECOM, 2015. Elaboração: Egis, 2019.



Dentre as 75 comunidades quilombolas caracterizadas no **Quadro II.6.3.7.3-2**, verifica-se que 35<sup>1</sup> comunidades realizam a pesca como uma das principais atividades econômicas. Estas comunidades quilombolas localizam-se nos municípios de Calçoene (01), Itaubal (01), Macapá (02), Oiapoque (01) e Santana (01), no estado do Amapá; e Salvaterra (16), Ponta de Pedras (01) e Abaetetuba (12), no estado do Pará. Nota-se que as três comunidades quilombolas de Colares realizam a catação do caranguejo-uçá como uma das atividades para reprodução familiar.

De modo complementar, o **Quadro II.6.3.7.3-3**, apresenta a distribuição das CRQs pelos municípios da Área de Estudo, segundo dados disponíveis junto à Fundação Palmares.

**Quadro II.6.3.7.3-3 - Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQs) presentes na Área de Estudo.**

UF	Município	Número de CRQs Certificadas / Em Processo de Certificação
Amapá	Calçoene	1
	Itaubal	1
	Macapá	26
	Oiapoque	2
	Santana	6
Pará	Salvaterra	16
	Cachoeira Do Arari	1
	Ponta de Pedras	2
	Abaetetuba	17
	Barcarena	6
	Belém	1
	Colares	2
	Bragança	1
	Viseu	5
Maranhão	Alcântara	157
	Cajapió	5
	Cândido mendes	2
	Cedral	6
	Cururupu	12
	Guimarães	13

<sup>1</sup> O item II.6.3.6 do presente estudo apresenta a caracterização completa dessas comunidades identificadas por município.

UF	Município	Número de CRQs Certificadas / Em Processo de Certificação
	Porto Rico do Maranhão	2
	São José de ribamar	1
	Barreirinhas	8
Ceará	Acaraú	1
<b>Total</b>	<b>Área Estudo</b>	<b>294</b>

Fonte: Fundação Palmares - Certidões expedidas às comunidades remanescentes de quilombos (CRQs) atualizada até a portaria nº 126/2019, publicada no dou de 18/07/2019. Elaboração: Egis, 2019.

Nas bases de dados secundários disponíveis no Acervo Fundiário do INCRA, foram identificados 20 territórios remanescentes de comunidades quilombolas, espalhados nos estados de Maranhão e Pará. Abaixo, o **Quadro II.6.3.7.3-3**, apresenta a localização e situação fundiária atual, incluindo os territórios em fase de RTDI - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação.

**Quadro II.6.3.7.3-4 - Territórios Remanescentes de Comunidades Quilombolas presentes na Área de Estudo segundo o Acervo Fundiário INCRA**

UF	Municípios	Territórios Remanescentes de Comunidades Quilombolas	Situação Fundiária
Maranhão	Cândido Mendes	Santa Izabel	Titulado
	Cândido Mendes	Bom Jesus dos Pretos	Titulado
	Viseu / Boa Vista do Gurupi	Paca e Aningal	Titulado
Pará	Tracuateua	Jurussaca	Titulado
	Santa Luzia do Pará / Bragança	Tipitinga	Titulado
	Colares	Cacau e Ovos	Em processo de certificação
	Salvaterra	Bacabal	Decreto
	Moju / Abaetetuba	Moju-Miri	Titulado
	Abaetetuba / Moju	Laranjituba e África	Titulado
	Salvaterra	Santa Luzia	RTID
	Abaetetuba	Samauba	Titulado
	Salvaterra	Rosário	RTID
	Abaetetuba	Ramal do Piratuba	Titulado

UF	Municípios	Territórios Remanescentes de Comunidades Quilombolas	Situação Fundiária
	Cachoeira do Arari	Gurupa	RTID
	Abaetetuba	Alto Itacuruca, Baixo Itacuruca, Bom Remédio	Titulado

Fonte: INCRA, 2017 e 2019. Elaboração: Egis, 2019.

O Erro! Fonte de referência não encontrada. apresenta a localização das comunidades quilombolas (tituladas, certificadas e em processo de certificação), identificadas nos estudos ambientais referenciados e os territórios quilombolas (titulados, não titulados, com decreto, em processo de certificação ou com RTDI) identificados por meio de levantamento junto ao INCRA.